A CRISE ESTRUTURAL DO FEUDALISMO E A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO

Katiano Renato Alves de Medeiros Junior*

Bruno Mesquita Falcetti**

Marcos José de Oliveira Lima Filho***

RESUMO. Este artigo busca fazer uma síntese histórica dos períodos de ordem anterior e posterior ao capitalismo mercantil de forma que explique os processos que permitiram a ascensão do capitalismo “de fato”. Toma como referência diversos autores que se dedicaram ao estudo e categorização desses processos históricos em questão. Através da pesquisa bibliográfica foi possível realizar um epítome para compreender as especificidades responsáveis pela consolidação das estruturas que regem o capital. Concluímos que o *modus operandi* das estruturas que regem o capitalismo foi consolidar historicamente instrumentos que permitam uma evolução gradual de um sistema baseado em modelos distintos de exploração e opressão da classe trabalhadora e da população no geral.

Palavras-chave: Feudalismo; Processos Históricos; Formação Capitalista.

1. INTRODUÇÃO

O feudalismo foi um sistema profundamente servil, extremamente exploratório e terrivelmente desumano. Apesar de ser constantemente propagado que o processo de instauração do capitalismo possibilitou o fim da escravidão e deu ao homem o livre arbítrio para vender a força do seu trabalho ou não, na verdade, historicamente, o capitalismo utilizou descaradamente da escravidão durante o processo de acumulação primitiva e essa “liberdade” foi propiciada pelo homem que o capitalismo deixou sem casa, sem terra, sem formas de sobreviver e que, por conseguinte, foi compelido a se submeter a condições de trabalho (exploração) deploráveis como sua única oportunidade de participar da vida nas cidades que foram se formando ao longo do tempo. Buscamos, através desse trabalho, sintetizar o período de transição do feudalismo para o capitalismo, os fatores que causaram essa ruptura e expor que essa formação capitalista não acabou com as desigualdades estruturais conhecida pelos antigos modelos econômicos e, pelo contrário, certas vezes ampliou-as.

2. O *MODUS OPERANDI* FEUDAL

O modelo feudal ocidental nasce no século IX de uma junção dos legados romano e germânico, quando os dois modelos anteriores de produção – primitivo e antigo – atingem o ápice da sua convivência e passam a “colidir” e se mesclar (ANDERSON, 2000). Foi um modo de produção regido pela terra, em que o produtor não era diferenciado do seu trabalho. Aqui, o camponês estava intrinsecamente ligado ao seu produto por uma relação social extremamente singular e hierarquizada. A verticalização do poder soberano seria uma das maiores marcas do feudalismo e muitas vezes o monarca estaria sujeito a um poder político extremamente frágil e uma autoridade completamente descentralizada.

O enraizamento dos condes e dos senhores locais nas províncias, através do nascente sistema feudal, a consolidação de suas propriedades senhoriais e a suserania sobre o campeonato provaram ser a pedra fundamental do feudalismo, que lentamente foi solidificado por toda a Europa (Ibidem, pp. 136-137).

A ótica do feudalismo foi, durante todo o tempo em que vigorou, a acumulação desenfreada e maciça de terras e posses, originando um sistema baseado na exploração da população pobre que

* Faculdades Integradas de Patos/PB

** UNIFEST

*** Faculdades Integradas de Patos/PB

assumia “a condição de servos por toda a vida”, em que “o filho do servo já nascia servo e assim por diante”. (MICELE, 2009, p. 39)

Perry Anderson (2000) põe em voga três características estruturais do feudalismo ocidental que merecem destaque: a compatibilidade entre as terras aldeãs e os lotes camponeses comunais – como também apontado por Engels (2012) que mesmo sob as mais desumanas condições da servidão medieval, proporcionaram aos camponeses uma coesão local e meios para resistência que nem os escravos da Antiguidade nem os modernos proletários encontraram à mão –; as cidades medievais – autogovernadas, politicamente autônomas, militarmente independentes e isoladas, na medida do possível, da influência da Igreja e da nobreza –; e a hierarquia das dependências feudais – em que o príncipe era um suserano feudal dos seus vassallos, aos quais estava ligado por laços de fidelidade, e não um detentor de poder soberano que estava acima do seus servos. Paiva (2015) reduziria esta “feudalização” dos distintos modos de produção a quatro relações de produções básicas: camponeses livres (com propriedade comunal ou individual do solo), escravismo, servidão e assalariamento.

Sweezy (1977) considera um erro grotesco definir o feudalismo sob a ótica da servidão, já que a ampliação do sentido desse termo não satisfaz, pois – além de ter havido de maneira coexistente a exploração do trabalho de homens livres, semi-livres e escravos – é possível encontrar elementos de coação direta político-legal sobre o trabalho em períodos da história muito separados entre si, inclusive nas eras modernas. Onde tais fatores vigorassem, eles, seguindo esse raciocínio, caracterizariam como feudal o modelo de economia em questão; mas se sua presença for apenas incidental e subordinada, ela não seria suficiente para tal caracterização, de uma mesma maneira como a pura manifestação do trabalho assalariado não é o suficiente para definir uma economia como capitalista. Na estrutura social, os elementos – econômicos, políticos ou ideológicos – surgem em tempos distintos. Ademais, admitir o capitalismo como “superação” seria ignorar o fato da não-universalidade do sistema feudal, já que sua forma específica adquire variações bastante distintas, sendo segundo Hobsbawm (1977), o mais próximo do padrão europeu encontrado no Japão. Em outras versões, as semelhanças encontradas são menos acentuadas, e em diversas outras, os elementos feudais marcam apenas presença como uma das características que constituem uma parte da sociedade.

É errôneo colocar o capitalismo como uma vitória sobre o modo de produção feudal, como afirma Fernanda Machado (2014), ignorando todos os pontos em comum entre ambos, principalmente as desigualdades, que não apenas foram perpetuadas, mas também ampliadas. O sistema neoliberal atual, que limita o filho do pobre a ser filho do pobre, e este estará sempre a mercê de uma elite não se afasta muito da realidade do trabalhador feudal. O conceito de estrutura social que deve ser levado em consideração é aquele pensado a partir do desenvolvimento desigual e que evidencie as principais estratificações sociais dentro do sistema.

O modelo de produção capitalista não nasce pronto e acabado. Há constante descontinuidade e dissolução na formação dos elementos anteriormente mencionados. E o triunfo do capitalismo chega a acontecer em apenas uma região – a Europa – e essa região, por sua vez, modificou o resto do mundo. Marx (1986) expõe que a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica. Para ele, quando cada indivíduo deve possuir uma certa quantidade de terras, o simples aumento da população constitui uma barreira, sendo que para esta seja superada, deverá desenvolver-se a colonização e isto exigirá guerras de conquista. Porém, não é o objetivo proposto chegar a um consenso sobre qual a maneira mais apropriada de se aproximar do feudalismo, mas sintetizar o porquê do seu fim ter sido essencial para o desenvolvimento do modelo de produção capitalista e quais fatores contribuíram com sua dissolução.

3. O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA COMO INSTRUMENTO DE COERÇÃO

Por trás das mudanças estruturais, apenas uma instituição esteve ativa durante todo o processo: a Igreja Católica. A Igreja comportou toda a transição da Antiguidade à Idade Média e a conciliação de suas práticas com a tradição clássica foi essencial para o desenvolvimento do sistema de propriedade, agindo como uma ponte entre duas épocas.

Àqueles que ousassem questionar a Ordem reservavam-se os castigos corporais mais cruéis possíveis, legitimados pela Santa Inquisição, que condenava ao Inferno todos os que se dispusessem a pensar diferente e não se arrependessem de suas ideias “hereges”.

“A finalidade do trabalho não era enriquecer, devendo cada um ficar na sua posição até a passagem para a vida eterna” (ARRUDA, 1977, p. 367) Esse foco de pregação foi o principal papel da Igreja na formação e manutenção das estruturas feudais. Ela não guardava preocupações com o tipo de vida que os servos e trabalhadores levavam. O costume por parte da Igreja no período feudal era o de assumir o lado dos poderosos e ser contrária a toda e qualquer ação de desobediência civil protagonizada pelas camadas mais baixas da sociedade. A Igreja atuou por muito tempo como uma espécie de oráculo e guardiã da sabedoria, em que “... a teoria manda porque possui as ideias e a prática obedece porque é ignorante” (CHAUÍ, 1994, p. 28). Seria papel do povo, então, apenas prestar obediência e fidelidade, sem em momento algum se questionar sobre sua condição social servil ou de latente pobreza.

4. A CRISE ESTRUTURAL DO FEUDALISMO

O fato é que o sistema feudal entrou em profunda crise no século XV e suspeito que tenha sido sua natureza individual de grande apropriação de terra e reduzida comercialização de bens que o levou ao seu próprio desgaste. Em meados do século XII, já é possível notar pontos que denunciavam a futura cisão com o sistema feudal. O renascimento comercial passou a ser impulsionado cada vez mais, principalmente, pelas Cruzadas, que também proporcionaram o aumento do contato da Europa com o Oriente, ocasionando em uma quebra do isolamento feudal.

As ferramentas de comunicação passaram a ser mais desenvolvidas, expandindo assim, a divisão do trabalho e a integração de áreas maiores e de populações, aumentando de forma contínua a necessidade de métodos de troca e câmbio que possuísem valor semelhante em um extenso território, ou seja, a moeda. O crescimento do setor monetário assentiu a ascensão de uma burguesia medieval nas cidades e que a economia voltasse a crescer, com avanços e retrocessos, de forma lenta. Permitindo, assim, a “a diferenciação das funções sociais, a interdependência das diferentes regiões e a dependência recíproca de grandes populações”. (ELIAS, 1994, p.35)

O resgate do direito romano - com suas leis normatizadas, codificadas e escritas - foi fator determinante para desenvolver o aparato administrativo que hoje conhecemos como burocracia.

A crise nos campos e as revoltas camponesas, e ainda, a Peste Negra que assolava a Europa como um manto da morte, forçaram tanto os senhores feudais quanto os burgueses que estavam em ascensão a criarem estratégias de desenvolvimento de suas estruturas econômicas. Não se pode falar, portanto, que as forças centrífugas do capitalismo estavam embutidas apenas nos comerciantes das cidades. Elas estavam presentes também nos campos e feudos, mantendo em vista que o desenvolvimento comercial também favoreceu os senhores feudais.

As transformações que a Europa experimentou entre os séculos XII e XV marcaram a passagem da Idade Média para Idade Moderna, incentivando a universalização do comércio e das grandes navegações que, por fim, alavancaram o nascimento da primeira etapa concreta do capitalismo: o denominado capitalismo mercantil, voltado para a circulação de mercadorias e a acumulação de riquezas e capitais dentro dos limites das fronteiras de cada Nação. O “verdadeiro” capitalismo, que será

a próxima etapa, apenas iria se consolidar no século XVII, com o desenvolvimento das indústrias e o aumento do fluxo da massa de operários.

5. O MERCADO INTERNO BRITÂNICO COMO PRÉ-CONDIÇÃO PARA A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A revolução britânica foi precedida por, pelo menos, 200 anos de desenvolvimento econômico razoavelmente contínuo, que lançou seus alicerces. Ao contrário, por exemplo, da Rússia dos sécs. XIX ou XX, a Grã-Bretanha ingressou preparada na industrialização e não praticamente despreparada. (HOBBSAWM, 2003, p. 33)

A situação do mercado interno e algumas pré-condições do Estado britânico foram alguns dos fatores determinantes para o desempenho da Revolução Industrial. Já na década de 1750, era possível observar que, “a Inglaterra já constituía uma economia monetária e um mercado à nível nacional” (Ibidem, p.23), alcançando um largo nível de autossuficiência em relação às outras nações. Isso se deve não apenas à modernização dos meios de produção e ao crescimento intensificado da população, mas também ao desenvolvimento de uma superestrutura jurídico-política propícia para o aprofundamento das transformações nascentes. A partir da análise sobre os fatores que auxiliaram no desenvolvimento do mercado interno, será feita uma breve análise sobre duas esferas importantes: população e modernização da produção.

6. A POPULAÇÃO

Na segunda metade do século XVIII, Londres concentrava por volta de 15% de toda a população inglesa – por consequência do êxodo rural para a zona urbana. Os camponeses, principalmente os pequenos produtores, com o tempo, passaram a ser menos comuns do que em outros países da Europa (Ibidem, p. 17).

O largo crescimento da população favoreceu o mercado interno britânico, que “criava” novos consumidores e novos produtores que eram compelidos a trabalhar para conquistar uma renda e, conseqüentemente, consumir – alimentos, ferramentas e outros bens.

Os grandes produtores, detentores de largas propriedades, exploravam os milhares de trabalhadores que, na prática, viam-se compelidos a vender sua força de trabalho – em razão do alto número de despossuídos de terra e instrumentos de trabalho, a mão-de-obra era de baixo custo – para tentar ao máximo sair da situação de desemprego – e muitas vezes, o trabalhador exercia sua função em ambientes altamente insalubres. Esses problemas ocasionaram na organização dos movimentos trabalhistas (a ser tratado no sexto tópico).

7. MODERNIZAÇÃO DO SETOR MANUFATUREIRO

As manufaturas alimentares competem com as de têxteis como fixadoras do ritmo da industrialização, (...) uma vez que existe visivelmente um enorme mercado para seus produtos apenas aguardando exploração. Mesmo o empresário menos imaginativo percebe que todos, por mais pobres que sejam, comem, bebem e usam roupas. (Ibidem, p. 36)

O setor manufatureiro era extremamente desenvolvido, o que colaborou, claramente, com o desenvolvimento do mercado interno e ajudou a estruturar um comércio forte, principalmente os setores têxteis e alimentares, que aqueciam a economia incessantemente. Hobsbawm (ibidem) destaca que, apesar de atrair menor atenção que o setor têxtil, a produção de trigo e cerveja desempenhou grande papel na modernização da manufatura de alimentos.

Ainda de acordo com Hobsbawm (ibidem), a modernização de manufaturas – substituindo as mais antigas – permitiu um largo desenvolvimento e aceleração na produção o que, consequentemente, permitiu o aumento da renda per capita – criando novos consumidores e estimulando outros a uma maior propensão “marginal” de consumo. Por exemplo, a modernização de alguns bens de produção, como o ferro (fabricação de painéis, pregos e fogões) e o carvão vegetal (combustível para lareiras urbanas e máquinas a vapor), ocasionou um aumento expressivo no consumo destes, o que poderia ser aplicado como investimento na produção, ou simplesmente um acréscimo de conforto.

8. O MERCADO EXTERNO

A Revolução Industrial não foi mera aceleração do desenvolvimento econômico. O grande acúmulo de capital, proporcionou à Grã-Bretanha, também, condições de investir nos “equipamentos” fundamentais para a transformação econômica, isto é, por mais que a Inglaterra ainda não fosse uma economia de mercado capitalista, a escassez de capital não era um fato (ou um problema).

Foi possível observar a importância dos fatores de comércio interno no desenvolvimento e a transformação da Revolução Industrial, mas, como outro fator importante, é necessário destacar a expansão do mercado externo e sua contribuição para o desempenho da Revolução Industrial.

As atividades de exportação, a longo prazo, se expandiram com maior rapidez do que as atividades do mercado interno, essas “atividades”, ainda segundo Hobsbawm (ibidem), atuavam em condições muito diferentes, e potencialmente mais revolucionárias. O mercado externo atuou como uma das principais forças propulsoras responsáveis por instaurar as bases para a efetivação da chamada Revolução Industrial, com a produção do algodão que foi a primeira a se industrializar. A expansão do mercado externo permite também abrir um outro tópico para a análise (conjunta) da exploração de colônias e o espólio sobre a guerra.

9. A COLONIZAÇÃO E A GUERRA

Através do acúmulo de capitais pela produção mecanizada de alimentos, ricas jazidas de ferros e carvão, a invenção da imprensa, a progressão na expansão de têxteis, o crescimento do mercado interno pela abertura de canais, estradas e portos, a Inglaterra tornou-se uma larga potência, o que trazia, como uma necessidade, a exploração de outros mercados.

A guerra e a colonização tornaram-se ferramentas importantes para conquistar novos mercados. A colonização dos Estados Unidos, as rotas comerciais para a África e a América do Sul e as colônias na África tornaram-se – por meio de uma exploração intensiva de recursos naturais – pontos chave para o desenvolvimento da economia britânica, cuja política externa era totalmente subordinada a interesses e objetivos econômicos. A agressividade sistemática marcou e diferenciou a política externa inglesa da política de todos os seus rivais. Dentre as cinco grandes guerras do século XVII – Sucessão Espanhola (1702-1713); Sucessão Austríaca (1739-1748); Guerra dos Sete Anos (1756-1763); Independência dos Estados Unidos (1776-1783); Revolução Francesa (1793-1815) – a Inglaterra manteve a defensiva em apenas uma (Independência dos Estados Unidos). O resultado dessas guerras foi o monopólio das colônias ultramarinas e do poder naval a escala mundial (HOBSBAWN, 2003).

Segundo Hobsbawm (1979), o comércio ultramarino repousava sobre (I) o surgimento de um mercado consumidor para os produtos ultramarinos de uso cotidiano na Europa; (II) expansão comercial de escravos, no século XVIII; (III) a expansão de impérios europeus.

Até agora, foi possível observar como a Revolução Industrial britânica desabrochou e exerceu sua política com interesses econômicos centrais – visando o acúmulo de capital – de maneira sistematicamente agressiva, explorando a mão-de-obra barata do proletariado – a partir da burguesia – fortalecendo o mercado interno, controlando os mercados externos, explorando colônias e monopolizando os comércios ultramarinos como espólio. Agora, retomando “as raízes” da Revolução

Industrial britânica, será feita uma breve análise dos efeitos da esfera social no desenvolvimento da revolução.

10. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Derrubado o absolutismo, não se trata de estabelecer um regime democrático fundamentado no sufrágio universal (...). Após se beneficiar por muito tempo da política mercantilista seguida pela monarquia, a burguesia soube utilizar o ponto de apoio dos movimentos populares contra o absolutismo; lá está ela passando um prudente compromisso, frente às classes populares, com a antiga, mas sempre poderosa, classe dominante, a nobreza. (BEAUD, 1987, p. 47).

A superpopulação em Londres – consequência não só do crescimento voraz da população, como também do êxodo rural – acresceu a massa de trabalhadores e consumidores, logo, novas necessidades passaram a se evidenciar na sociedade, dentre elas, a progressão das necessidades de consumo, na medida em que novas mercadorias surgiam. A Revolução Industrial originou uma nova classe social (o proletariado), dividiu o trabalho, fragmentou o conhecimento e a criatividade do trabalhador. As grandes produções passaram a ser divididas em etapas, qualificando determinados grupos de trabalhadores para cada uma das etapas de produção, distanciando o trabalhador do produto final do seu trabalho, o que consequentemente aumentava a produção. No decorrer dos anos, alguns progressos relacionados aos movimentos sociais deram início aos primeiros movimentos de trabalhadores e sindicatos, que então, tiveram sua atuação marcada por inúmeras investidas e valiosas conquistas (como o aumento do salário real e a redução da jornada de trabalho).

Faremos, a partir dessa proposta – a difusão dos movimentos de trabalhadores – uma breve análise sobre os movimentos Ludistas (1811-1812) e Cartistas (1837-1848).

11. O MOVIMENTO LUDISTA

A forte mutação socioeconômica provocada pela disseminação das máquinas e a constante substituição do trabalho humano revoltou toda uma classe, alterando radicalmente as relações entre trabalho e produção. As novas tecnologias substituíam as funções humanas na produção – como dito acima – e com as constantes indignações, o movimento Ludista eclodiu (não só na Inglaterra) com grandes proporções. A classe proletária, em estado de larga indignação, passou a invadir as fábricas e destruir os maquinários – o pretexto mais utilizado para fundamentar as arruaças seria de que as máquinas, por serem mais eficientes, tirariam o emprego do homem – o que renderia o apelido de “Quebradores de Máquinas” aos Ludistas. Presumiu-se que os trabalhadores não teriam ciência de seus atos, e apenas agiam às cegas pelo medo da miséria.

Hobsbawm, em sua obra – “The Machine Breakers” (1950) – observa algumas condutas dos quebradores de máquinas, mas, sem fugir da proposta de breve análise, observaremos a mais típica, na qual, o objetivo central não é a hostilidade particular contra as máquinas, mas sim, um método para pressionar os empregadores a acolher suas exigências, transformando o maquinário em uma espécie de refém no qual sua destruição faz parte de um meio de pressão em um conflito. Essa “técnica” foi muito utilizada pelos sindicalistas, nas primeiras fases da Revolução Industrial. Os trabalhadores não tinham como foco de sua preocupação o progresso técnico, mas sim manter o padrão de vida habitual e impedir o desemprego (OLIVEIRA, 2006).

12. O MOVIMENTO CARTISTA

Em meados do século XIX, difunde-se o movimento Cartista, segundo ponto de análise proposto, que visava a inclusão política do proletariado. Esse tem sua origem a partir de uma carta, escrita por William Lovett (1838), e intitulada como “Carta do Povo”, trazendo consigo uma base de seis exigências – o sufrágio

(voto) universal masculino; o voto secreto (através de cédula); a igualdade entre os distritos eleitorais; eleições anuais; a participação da classe operária no parlamento; remuneração parlamentar.

O movimento cartista, segundo Thompson (1984), viabilizava não apenas interesses de classes, mas também de caráter nacional que, apesar de apresentar uma estrutura disposta a promover a unidade popular, não foi ratificada pelo parlamento britânico, que reprimiu e prendeu muitos “agentes” do movimento. Todavia, a influência cartista se manteve presente, ganhando forças próximo à segunda metade do século XIX, trazendo a agenda cartista à tona, e mobilizando centenas de milhares de operários, o que parecia finalmente começar a fluir, a grande manifestação marcada para o dia 10 de abril de 1848, foi fortemente frustrada por conta de uma intensa tempestade que tomou conta de Londres. Os cartistas, aos poucos, se dissiparam, mas é incorreto considerar, ainda de acordo com Thompson (Ibidem), o movimento como falido, pois suas influências deram origem à uma porção de leis trabalhistas, criadas com o intuito de combater a exploração da força de trabalho.

13. CONCLUSÃO

Como parte do proposto, observamos os fatores que pré-condicionaram a Revolução Industrial e como ela se desenvolveu dentro da esfera do Estado britânico, da burguesia, das fábricas, do proletariado e dos movimentos sociais.

A Revolução Industrial fomentou o desenvolvimento das indústrias, metrópoles e permitiu diversas esferas de oportunidades de produção com seus novos mercados – até então inexplorados, já que, as mercadorias passaram a ser produzidas em velocidade e quantidade significativamente maiores, as rotas de comércio ultramarinos que foram monopolizadas pela Inglaterra como espólio e o lucro com a exploração das colônias britânicas. Observamos que a estruturação do mercado e a fortificação do comércio; a acumulação primitiva do capital; e as influências do liberalismo econômico foram, de fato, indispensáveis para o desenvolvimento do sistema e a formação das bases estruturais do modelo atual de capitalismo financeiro moderno, o que não se dispôs apenas por fatores econômicos, como também, em grande proporção pela atuação da luta das classes. A somatória desses “agentes” auxilia, desde as pré-disposições do sistema capitalista, até a atualidade. Colaboram, também, para a manutenções e adaptações gradativas no sistema, que se altera ano após ano, mas ainda é muito influenciado por essas “precipitações” desde as suas raízes.

ABSTRACT. This article seeks to make a historical synthesis of the periods of order before and after the merchant capitalism in a way that explains the processes that allowed the rise of capitalism "de facto". It takes as reference several authors who have dedicated themselves to the study and categorization of these historical processes in question. Through the bibliographical research it was possible to make an epitome to understand the specificities responsible for the consolidation of the structures that govern the capital. We conclude that the *modus operandi* of the structures that govern capitalism have historically consolidated instruments that allow a gradual evolution of a system based on distinct models of exploitation and oppression of the working class and of the population in general.

Keywords: Feudalism; Historical Processes; Capitalist Formation.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.
- BEAUD, Michael. **História do Capitalismo de 1500 até nossos dias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 38. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador – Volume II: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Brasília: Editora Centauro, 2012.

HILTON, Rodney; DOBB, Maurice; SWEEZY, Paul et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

HOBBSBAM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2003.

———. **“The Machine Breakers”**. Past and Present 1. 1952.

———. **A Era das Revoluções**. Editora Paz e Terra (versão digital), 2015.

———. **As Origens da Revolução Industrial**. São Paulo: Global Editora, 1979.

MACHADO, Fernanda. **Mercantilismo: o renascimento do comércio põe fim ao feudalismo**. Página 3: Pedagogia & Educação, 2014. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/mercantilismo-o-renascimento-do-comercio-poe-fim-ao-feudalismo.html>>. Acesso em: 20 de novembro de 2015

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

OLIVEIRA, Karla Crystina Dayrell. **O Movimento Ludista e a Formação do Direito do Trabalho**. 2006. 50 f. Monografia (Bacharelado em Direito). Faculdade Mineira de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006.

PAIVA, C. A. **Marx, Dobb, Sweezy, Hobsbawn, e a polêmica acerca da transição do feudalismo para o capitalismo**. s.n.t. Em: <<http://docslide.com.br/documents/marx-dobb-sweezy-e-hobsbawn-e-a-polêmica-acerca-da-transição-do-feudalismo-para-o-capitalismopdf.html>>

THOMPSON, D. **“The Chartists: Popular Politics in the Industrial Revolution”**. Wildwood House. 1984.

Data da submissão: 4 Junho 2017.

Data do aceite: 4 Julho 2017.